



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Municípios Baianos

Data: 18/08/2018

Caderno/Link:

<http://www.municipiosbaianos.com.br/noticia01.asp?tp=1&nID=42566>

Assunto: Relatório sobre Matopiba aponta impactos ambientais e sociais

Relatório sobre Matopiba aponta impactos ambientais e sociais



Os impactos da financeirização de terras na região do Matopiba são tema do relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras”, lançado nessa quarta-feira, 15, durante a Conferência de Abertura do I Seminário sobre Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife.

O Relatório, que será apresentado pelo assessor sênior da Fian Internacional, Flávio Valente, descreve e analisa os impactos ambientais e sobre os direitos humanos causados pela expansão do agronegócio e pela especulação de terras na região

Norte/Nordeste do Brasil, conhecida como Matopiba, que engloba áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

“A região tem sido vítima de uma expansão agressiva do agronegócio, em particular de monoculturas de soja, que trazem consigo a expropriação de comunidades rurais e destruição ambiental. A expansão do agronegócio e a crescente especulação de terras têm sido alimentados por fundos vindos de agentes financeiros internacionais, em particular de fundos de pensão dos EUA, Coreia do Sul, Reino Unido, Alemanha, Luxemburgo, Suécia e Holanda”, destaca Flávio Valente.

O Relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” é fruto de duas missões de investigação realizadas em setembro de 2017 e janeiro de 2018. A primeira missão documentou as consequências das apropriações de terras para as comunidades no Estado do Piauí e reuniu-se com autoridades do governo brasileiro. A segunda missão ocorreu na Europa e concentrou-se no envolvimento de fundos de pensão da Holanda, Alemanha e Suécia na expansão do agronegócio e nas apropriações de terras na região.

Fundos de investimentos internacionais

Um dos apontamentos do documento é o processo de transformação da terra em um bem financeiro. “Agentes financeiros (como bancos, empresas de corretagem, seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento, agências de investimento e fundos de capital de risco), estão, cada vez mais, vendo a terra como uma boa opção de investimento. Esses agentes financeiros canalizam seus fundos para a compra de terras e para atividades relativas ao uso da terra, de forma a diversificar seus investimentos, aumentar os lucros e diminuir os riscos”, aponta Flávio Valente.



O Relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” é fruto de duas missões de investigação realizadas em setembro de 2017 e janeiro de 2018. A primeira missão documentou as consequências das apropriações de terras para as comunidades no Estado do Piauí e reuniu-se com autoridades do governo brasileiro. A segunda missão ocorreu na Europa e concentrou-se no envolvimento de fundos de pensão da Holanda, Alemanha e Suécia na expansão do agronegócio e nas apropriações de terras na região.

Fundos de investimentos internacionais

Um dos apontamentos do documento é o processo de transformação da terra em um bem financeiro. “Agentes financeiros (como bancos, empresas de corretagem, seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento, agências de investimento e fundos de capital de risco), estão, cada vez mais, vendo a terra como uma boa opção de investimento. Esses agentes financeiros canalizam seus fundos para a compra de terras e para atividades relativas ao uso da terra, de forma a diversificar seus investimentos, aumentar os lucros e diminuir os riscos”, aponta Flávio Valente.

O Relatório evidencia que as monoculturas de soja começaram a adentrar na região do Matopiba no início dos anos 2000 e estão se expandindo desde então. “Devido à crise financeira de 2007/2008, o negócio com terras se tornou mais rentável que a produção agrícola. Isso levou à criação de empresas relacionadas à terra que não se envolviam diretamente com a produção, mas se dedicavam completamente à aquisição, venda, arrendamento e/ou administração de terras. A falsificação de títulos de propriedade é uma das características desse negócio. Pois é uma forma de oficializar (ou ao menos simular) a propriedade de terras adquiridas ilegalmente. Os agentes que atuam na região são apoiados por agentes financeiros internacionais que investem grandes quantias no negócio de terras, o que alimenta o atual processo de especulação e conseqüentemente termina e determina a expulsão violenta da população”.

A pesquisa verificou que o fundo de pensão dos EUA, TIAA, possui quase 300 mil hectares de terra no Brasil, por volta de um terço dessas terras estão nos estados da região do Matopiba. A maior parte dessas terras é administrada por dois fundos dedicados às terras agrícolas, os TIAA-CREF Global Agriculture LLC I e II (TCGA I e II), que somados valem US\$ 5 bilhões. A maior parte dos que investem no TCGA I e II são investidores institucionais, fundos de pensão em particular. Dentre eles estão o Ärzteversorgung Westfalen-Lippe (ÄVWL) da Alemanha, que investiu US\$ 100 milhões no TCGA I, o ABP da Holanda, que investiu US\$ 200 milhões no TCGA II, e o segundo Fundo de Pensão Nacional Sueco (AP2), que investiu um total de US\$ 1,2 bilhões no TCGA I e II. O TIAA e esses outros fundos se apresentam como investidores “responsáveis” e são parte de vários esquemas de responsabilidade social corporativa (CSR).

“Esses fundos de pensão operam por meio de complexas redes de investimentos, de forma a contornar as medidas previstas na lei brasileira que limitam a propriedade de terras por empresas estrangeiras”, denuncia Valente.

As violações dos direitos humanos e a destruição ambiental

A missão internacional de investigação de setembro de 2017 documentou os impactos sociais e ambientais causados pela expansão do agronegócio e pela especulação de terras na região do Matopiba em 7 comunidades no sul do Piauí. Os resultados mostraram que a população local sofre com as graves consequências do desmatamento, da perda da biodiversidade e da contaminação generalizada do solo, da água e do gado por agrotóxicos.

“Além disso, o uso de violência contra líderes comunitários está aumentando, assim como as disputas por água, que são agravadas pelas mudanças nos padrões de chuva devido à degradação ambiental. A população local está perdendo suas terras, o que causa a destruição de seus meios de subsistência, rupturas nas comunidades e insegurança alimentar e nutricional. Em muitos casos as pessoas se veem forçadas a migrar para as favelas nas grandes capitais.”, aponta Flávio Valente.



O documento ressalta que o Estado brasileiro – a nível federal, estadual e municipal – violou suas obrigações relativas aos direitos humanos ao promover o avanço do agronegócio na região, ao não proteger a população local das ações dos grileiros locais, das empresas do agronegócio e dos investidores, e ao não estabelecer uma prestação de contas. “Não respeitou e protegeu o direito coletivo à terra da população local e as maneiras específicas com que eles utilizam e administram seus territórios”, comenta Flávio Valente.

Caravana

Organizada por FIAN Brasil, FIAN Internacional, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a Caravana Matopiba verificou in loco, entre os dias 6 e 11 de setembro de 2017, os indícios de grilagem de terras por empresas nacionais e estrangeiras e as consequentes violações de direitos humanos decorrentes dessas grilagens. A Caravana foi composta por 34 organizações brasileiras e internacionais, que percorreram milhares de quilômetros no sul do Piauí e do Maranhão visitando comunidades impactadas pelo avanço recente do agronegócio na região.

Como fraudes de madeiras ameaçam a sobrevivência do ipê na Amazônia. Por Peter Moon, na BBC Brasil

A extração de ipê nas reservas do Estado do Pará está sendo fraudada para legalizar madeira clandestina. Pesquisadores brasileiros afirmam que as madeiras estariam superestimando o volume de madeira cuja extração é permitida, de forma a legalizar madeira retirada ilegalmente de áreas de proteção permanente, como a beira dos rios.

O trabalho foi publicado em um artigo na revista científica *Science Advances*. A partir dele espera-se identificar e coibir as empresas e os técnicos de manejo florestal envolvidos nas fraudes.

“Os madeireiros estão superestimando os volumes de madeira que alegam existir nas áreas que desejam explorar, especialmente de ipê, que é a madeira mais cara e a mais procurada”, afirma o engenheiro agrônomo Pedro Brancalion, pesquisador na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo, em Piracicaba.

Seu colega na Esalq, o também engenheiro agrônomo Edson Vidal, vai além: “Alguns poucos engenheiros agrônomos responsáveis pela vistoria das áreas de mata a ser explorada inflam o volume das espécies mais valiosas. Fazem isso para poder incluir nos carregamentos legais de madeira troncos de ipê extraídos ilegalmente de reservas indígenas, de áreas de conservação ou nas reservas obrigatórias de mata nativa que cada fazenda é obrigada a manter”. Brancalion e Vidal pesquisam o manejo florestal de espécies nativas tropicais.

Para entender como e por que os planos de manejo estão sendo fraudados, é preciso conhecer o processo legal de exploração de madeira na Amazônia. Cada fazenda na região é obrigada a manter uma reserva florestal que corresponde a 80% da área total da propriedade, conhecida como reserva legal.

A extração controlada de madeira nas áreas de reserva legal é permitida, desde que siga certos critérios. Deve-se contratar um engenheiro agrônomo para fazer o plano de manejo e acompanhar o trabalho das madeiras. Esse profissional deve contar todas as árvores de cada espécie que existem na área que se quer explorar. Ao fazê-lo, ele coloca plaquinhas de identificação nos troncos.

Existe um volume máximo de cada espécie comercial, como ipê, jatobá ou cumaru, que pode ser derrubada em cada área. As árvores devem ter um tronco com diâmetro superior a 60 centímetros, ou seja, são árvores maiores e mais antigas. Mas nem todas elas podem vir abaixo. “No caso do ipê, é preciso manter um mínimo de três árvores por hectare, para garantir o repovoamento da área,” diz Brancalion.

É a partir da contagem das árvores que o agrônomo tem condições de estimar a quantidade em metros cúbicos de madeira de cada espécie que pode ser extraída naquele local. Essas quantidades fazem parte do plano de manejo, que é submetido à aprovação de fiscais da Secretaria de Meio Ambiente do Pará.

Uma vez aprovado o plano de manejo, é emitida uma licença (ou Autorização de Exploração Florestal). Só aí podem ser derrubadas, mas apenas aquelas indicadas no plano de manejo e dentro do volume máximo previsto. O agrônomo responsável deve acompanhar o manejo e colocar placas de identificação, especificando a espécie de cada tora retirada, assim como especificando o toco ao qual pertence cada madeira removida.



“Apenas troncos certificados podem circular pelas rodovias, para envio aos centros consumidores no Sudeste do país. Se houver toras sem certificação, o caminhão é barrado pela polícia na estrada,” explica Vidal.

“Nos casos que parecem estar sendo fraudados, os madeireiros alegam ter extraído, por exemplo, aquelas dez toras de ipê constantes no plano de manejo aprovado (mas que, na verdade, não existiam na região de exploração)”, diz Vidal.

“Mas não é isso que de fato fazem. Os madeireiros derrubam dez árvores, mas talvez metade delas seja ipê, cujos troncos são identificados e carregados nos caminhões. As outras cinco árvores abatidas pertencem, na verdade, a espécies de menor valor comercial, e mesmo espécies não comerciais.”

“Os madeireiros ganham duas vezes. Eles cortam e arrastam as árvores de menor valor no lugar de ipês nas áreas legalizadas, e cortam e arrastam ipês de áreas proibidas,” diz o biólogo Saulo de Souza, da Esalq, que também participou da pesquisa. Quanto aos troncos das espécies não comerciais, são simplesmente abandonados na mata para apodrecer.

Uma vez que as árvores pouco comerciais são retiradas, o agrônomo responsável pela fraude coloca uma placa em seus tocos indicando que se trata de um ipê. “Mas a outra placa, aquela que deveria ser afixada no tronco de madeira de menor valor correspondente, é na realidade afixado num tronco de ipê, tronco este que foi abatido de forma ilegal, como por exemplo na margem dos rios, onde a extração é proibida,” explica Vidal. “Com a placa indicando que aquele tronco de ipê foi extraído legalmente, a madeira ilegal pode ser transportada normalmente pelas rodovias.”

Um outro estratagema é afirmar no plano de manejo que as árvores são maiores do que realmente são. Segundo Vidal, o volume fictício de madeira legal resultante passa a ser preenchido com madeira ilegal. “É basicamente assim que os madeireiros fazem para esquentar a madeira retirada de forma clandestina.”

Como foi que o estudo chegou a tais conclusões? Os pesquisadores resolveram confrontar os dados referentes ao número de espécies e ao volume de madeira das licenças de extração aprovadas, com uma estimativa científica do volume de madeira, por espécie, que deveria existir originalmente nas áreas que foram manejadas. Tal estimativa pode ser feita a partir de imagens de satélite da floresta, registradas pelo governo federal nos anos 1970.

Os pesquisadores investigaram 427 licenças de manejo constantes no sistema da Secretaria de Meio Ambiente, e que foram aprovadas pelos fiscais do governo. Agindo desse modo, obteve-se o levantamento da quantidade de árvores de cada espécie e do volume de madeira indicado em cada licença.

O passo seguinte foi estimar o volume de madeira existente em cada hectare de floresta registrado nas fotos de satélite. As licenças mencionavam a existência de 80 espécies diferentes. Os pesquisadores estudaram as onze espécies mais abundantes. Chegou-se assim numa estimativa científica do volume de madeira de cada espécie que existia nos locais explorados.

Ao confrontar os dados das licenças com as estimativas feitas dos registros de satélite, os pesquisadores verificaram que muitos números não batiam. “Havia licenças alegando um volume de ipê até quatro vezes superior ao volume por nós estimado,” afirma Brancalion.

“Em média, naqueles planos de manejo que parecem ter sido fraudados, os volumes indicados são o dobro do verdadeiro. Especificamente com relação à extração de ipê, 77% dos planos foram aparentemente fraudados,” revela Souza.

Por fim, em outubro de 2017, acompanhado de membros da organização não governamental Greenpeace e da Força Nacional, Souza realizou uma vistoria em algumas áreas onde a extração ilegal de ipê parecia ter sido elevada. “Havia nos locais dezenas de ‘árvores imaginárias’”, comenta Souza.



A partir da identificação dos planos de manejo em teoria fraudados, foi possível descobrir os nomes dos agrônomos responsáveis por cada um deles. Na região, há 97 profissionais que trabalham para as madeireiras elaborando planos de manejo.

“As fraudes parecem estar relacionadas a uma minoria entre os técnicos”, diz Brancalion. De acordo com os pesquisadores, cerca de 15% deles são os responsáveis por todos os planos supostamente fraudados.

A BBC News Brasil procurou a área de fiscalização da Secretária de Meio Ambiente do Pará e representantes da Associação Indústria Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex) – as empresas madeireiras Amazônia Florestal, sediada em Belém, Advantage Florestal, de Ananindeua (PA), e Ipex Comércio de Madeiras, de Marituba (PA) -, mas não obteve retorno.

“Estou muito preocupado com o futuro do ipê”, diz o pesquisador Edson Vidal. “Ele pode seguir o caminho do mogno, que foi extraído até o desaparecimento no Pará.” O mogno era a madeira mais nobre até os anos 1990. Quando suas reservas se exauriram, as madeireiras partiram para a segunda espécie de maior valor comercial, o ipê.

O problema com o ipê talvez venha a ser ainda mais sério do que com o mogno, árvore de crescimento mais rápido do que o ipê. De acordo com Vidal, “o ipê cresce muito lentamente. Dados de que dispomos indicam que seriam necessários cem anos de preservação intocada para repovoar uma área devastada com apenas 10% dos indivíduos da população original de ipês.”

Peter Moon, de São Paulo para a BBC News Brasil

Fonte: Por FIAN Brasil/Municipios Baianos

